



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013

1 Aos 10 dias do mês de outubro de 2013, das 13h30 às 17h30min, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia
2 Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Velhas, no Auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -
3 FIEMG, localizado à Avenida do Contorno, nº 4520, Edifício Albano Franco, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/
4 Minas Gerais. **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** Lilian Márcia Domingues de Resende – Instituto
5 Mineiro de Gestão das Águas IGAM; Ênio Resende de Souza – EMATER; Matheus Valle de Carvalho e Oliveira –
6 ARSAE MG; Afrânio Lúcio Vasconcelos – Polícia Civil de MG; Weber Coutinho – Prefeitura de Belo Horizonte; Tália
7 Carvalho de Freitas – Prefeitura de Ouro Preto; Lairto Divino de Almeida – Prefeitura de Jaboticatubas; Marcos
8 Joaquim Matoso – Prefeitura de Sete Lagoas; Valter Vilela – COPASA; Fabiana Queiroga Perry – SAAE Caeté; Wagner
9 Soares Costa – Federação das Indústrias de MG; Carlos Alberto Santos Oliveira – Federação da Agricultura e Pecuária
10 de MG; Gesner Ferreira Belisário Junior – Associação dos Municípios do Circuito Turístico Parque Nacional da Serra
11 do Cipó AMPASC; Simone Alvarenga Borja Bottrel – ARCA AMASERRA; José Antônio da Cunha Melo – Associação
12 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental ABES MG; Cecília Rute de Andrade Silva – CONVIVERDE; Marcus
13 Vinicius Polignano – Instituto Guaicuy; José de Castro Procópio – Associação de Desenvolvimento de Artes e Ofícios
14 – ADAO; Tarcísio de Paula Cardoso – Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha ACOMCHAMA; Maria
15 Teresa Viana de Freitas Corujo – Movimento Artístico, Cultural e Ambiental de Caeté MACACA. **Participaram os**
16 **seguintes conselheiros suplentes:** Priscila do Carmo Santos – RURALMINAS; Júlio de Miranda Mourão – Instituto do
17 Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais IEPHA; Francisco Xavier Maia – Instituto Mineiro de Agropecuária
18 IMA; Maria Berenice Cardoso Martins Vieira – Secretaria de Estado de Saúde; Maria Valeska Duarte Drummond –
19 ARMBH; Rosângela Maria Bicalho – Prefeitura de Lagoa Santa; Márcio Antônio Ferreira Torres – Prefeitura de
20 Santana do Riacho; Maria Mércia Rodrigues – Prefeitura de Baldim; Luiz Cláudio de Castro Figueiredo – VALE;
21 Rodrigo Silva Lemos – Fórum Nacional de Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográfica FONASC BH; José Maria
22 dos Santos – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de
23 Esgoto SINDAGUA MG. **Justificaram ausência os seguintes conselheiros:** Inês Tourino Teixeira – Sec. Est. de
24 Educação; Luiz Ernesto Moreira Delucca – Prefeitura de Corinto; Antônio Marcos Generoso Cotta – Prefeitura de
25 Itabirito. **Participaram também:** Patrícia Rodrigues – Prefeitura de Sabará; Yago Júnio Cabral Fonseca – Prefeitura de
26 Sabará; Aluízio Moura, Lucielma Oliveira – Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima;
27 Karine de Mattos – Coca Cola FEMSA; Brenner Rodrigues, Thiago Peixoto, Bruno Teixeira, Maria Aparecida Silveira –
28 LUME; Lívia Oliveira, Renato Batista, Wandercy Miranda – VALE; Eduardo Gonçalves Lopes – Arcelor Mittal; Patrícia
29 Soares, Cibele S. N. Porto, Flávio H. Eloi – Prefeitura de Nova Lima; Gabriela Moreira Santos – Lavanderia Atmosfera;
30 Renato Crispiniano – Projeto Manuelzão; Luiz Fernando G. Leal, Sônia Knauer, Mônica Latorre – Prefeitura de Belo
31 Horizonte; Helen O. Firmino Pena – UFMG; Sidnei Agra, Eduardo Audibert – Ecoplan/Skill; Soraia Maria Pinheiro –
32 COPASA; Lívia Gamboje – ARSAE MG; Kurt E. Gratz – AMJO; Heloísa França – SAAE Itabirito; Túlio Brum – Prefeitura
33 de Caeté; Nilo Teixeira – Legislativo Caeté; Ronald Carvalho Guerra – AQUA; Vanessa Reis Queiroz – Condomínio
34 Estância Alpina; Antônio Leopoldo Silva – SEMMA; Julio César Bernardes – SEMMA Sabará; Irany M. Braga –
35 Anglogold; Ana Cristina da Silveira; Célia Fróes, Patrícia Sena, Thiago Campos – AGB Peixe Vivo; Clarissa Dantas,
36 Fernanda Oliveira, Dimas Correa, Izabel Nogueira, Izabella Resende, Derza Nogueira, Amanda Amorim – Mobilização
37 CBH Velhas. Após a recepção e o credenciamento dos conselheiros e convidados, o Presidente do CBH Velhas, Sr.
38 Marcus Vinicius Polignano, faz a abertura da reunião, agradece a presença de todos e apresenta a pauta: **1** -
39 Recepção e credenciamento dos Conselheiros(as) e convidados(as); **2** - Aprovação da ata da reunião anterior (em
40 anexo); **3** - Informes: 3.1 - Instalação das Câmaras Técnicas (em anexo); 3.2 - Sede do CBH das Velhas; 3.3 - Imagens
41 do Rio das Velhas: Sobrevoos pela bacia do rio das Velhas; 3.4 - Repasse do recurso da Cobrança pelo uso da água na
42 bacia do rio das Velhas; **4** - Apresentação do Projeto de Educação e Mobilização na Bacia Hidrográfica do Rio das
43 Velhas (apresentação Fundep); **5** - Apresentação do projeto de Monitoramento Qualitativo de Águas Superficiais na
44 área da UTE do Rio Caeté/Sabará (apresentação Lume Estratégia Ambiental); **6** - Deliberação Ad Referendum do
45 Plenário - Processo de Outorga nº 7093/2009 – Barragem Maravilhas II, Mina do Pico – MBR) e Condomínio Estância
46 Alpina (em anexo); **7** – Plano Diretor de Recursos Hídricos - Discussão do Diagnóstico da bacia do Rio das Velhas e



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013

47 grupo de acompanhamento (apresentação Consórcio Ecoplan/Still); 8 - Eleição da Diretoria Ampliada. Item 2 – A ata
48 da última reunião é colocada em discussão. A conselheira do IGAM, Sra. Lilian Domingues, sugere que, por questões
49 de organização, a relação de conselheiros dos dois mandatos seja agrupada, mantendo em sequência os
50 conselheiros da mesma gestão. Item 3 - 3.1 Polignano informa que as Câmaras Técnicas foram instaladas no início
51 do mês de setembro e já se encontram em operação. Apresenta a composição de cada uma delas, destacando as
52 entidades que se manifestaram em participar, e também as vagas em aberto. É questionada a participação da
53 Prefeitura de Belo Horizonte junto à CTOC – Câmara Técnica de Outorga e Cobrança, e o representante da entidade,
54 Sr. Weber Coutinho, informa que encaminhará carta de indicação. 3.2 – Polignano informa que o Comitê se
55 encontra sem sede já há cerca de um mês, uma vez que o imóvel que comportava o Comitê gerava um custo muito
56 alto, e a AGB Peixe Vivo estava com dificuldades de gerenciar com essa despesa. O Comitê fez um trabalho de
57 contingenciamento de recursos para retirar uma série de custos operacionais da sede. Foi conduzido um trabalho
58 com o objetivo de devolver o imóvel, e conseguir outro com custeio que condiz com a realidade de recursos
59 disponível, sem comprometer a qualidade do trabalho do comitê. Existia um recurso para esse trabalho em função
60 da possibilidade do repasse do Fhidro, realizado em maio, porém, só poderia ser utilizado somente até o mês de
61 julho, em função do prazo de vigência do convênio. Foi negada a prorrogação do prazo para utilização do mesmo, e
62 60 mil reais foram devolvidos, pois não havia tempo hábil para utilizá-lo. Deste modo, o imóvel que funcionou como
63 sede do Comitê foi devolvido ao proprietário. A AGB Peixe Vivo propôs a solicitação de um imóvel de propriedade
64 da CODEVASF, por meio de um contrato de sessão, onde uma vez funcionou a sede do CBH São Francisco. A
65 CODEVASF ainda não deu retorno, e a estrutura do Comitê foi temporariamente acomodada junto à sede do Projeto
66 Manuelzão. Ana Cristina da Silveira – AGB Peixe Vivo, endossa o histórico apresentado pelo Polignano, e informa
67 que todos os procedimentos junto à CODEVASF já foram tomados, e estão aguardando o parecer final da própria
68 entidade para formalizar a mudança da sede do Comitê. Cecília Rute Andrade Silva – CONVIVERDE, solicita prazo por
69 parte da AGB Peixe Vivo para uma solução a respeito do impasse que envolve a sede do Comitê. Maria Teresa Viana
70 de Freitas Corujo – MACACA, propõe uma moção solicitando agilidade na resolução do assunto. Lilian Domingues –
71 IGAM, esclarece que existem muitas regras a respeito do funcionamento dos convênios, e a Procuradoria do IGAM
72 analisa os pedidos à luz da legislação vigente, e em função de uma fundamentação legal, o convênio do Fhidro para
73 atendimento ao CBH Rio das Velhas foi encerrado. Diz que o IGAM, em conjunto com a AGB Peixe Vivo e o Comitê
74 estão trabalhando juntos para resolução deste e de outros problemas que envolvem a gestão do Comitê. Ênio
75 Resende – EMATER, considera necessário compartilhar a angústia em que o Comitê está passando, e também
76 contextualizar corretamente a situação. Entende todas as situações jurídicas e administrativas que envolvem a
77 gestão. Mas diz que, como cidadão, não consegue entender como um comitê de bacia pode funcionar sem uma
78 sede. Wagner Soares Costa – FIEMG, diz que a resolução desse problema não está especificamente nas mãos da
79 AGB Peixe Vivo, pois não existe recurso, não está havendo repasse do recurso para a AGB Peixe Vivo. Considera não
80 existir problemas em relação à sede, uma vez que é consenso por parte do plenário a necessidade de existência da
81 mesma. Propõe o encaminhamento em função da discordância do órgão executor em liberar 92,5% do recurso da
82 Cobrança para custeio do comitê e 7,5% para custeio da agência de bacia, conforme a interpretação inicial da lei.
83 Hoje, o entendimento que se tem é de que os 7,5% são para custeio do sistema, o que é inviável financeiramente. O
84 que precisa se discutir é a respeito da disponibilidade do recurso, da forma em que o mesmo pode ser utilizado.
85 Informa que a Agência Nacional de Águas – ANA, publicou resolução interna em que sugere que as despesas de
86 custeio do Comitê sejam consideradas como investimento na bacia e assim, passíveis de serem gastos com os
87 92,5%. Polignano informa que já existe proposta de deliberação com mudança da lei do Fhidro, que está se
88 encerrando, e o projeto coloca justamente a argumentação exposta pelo Wagner. Espera que essa alteração seja
89 colocada junto à Assembleia Legislativa, que é fundamental para construir este processo, sendo este o
90 encaminhamento. Para dar sequência ao debate, a pauta é invertida, sendo apresentadas as questões a respeito do
91 repasse dos recursos da cobrança. Célia Fróes – AGB Peixe Vivo, informa que o repasse tem sido de forma pontual,
92 não havendo assim aquele previsto em caixa (cerca de 10 milhões de reais), apresenta os recursos arrecadados em



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013

93 2010 (7 milhões de reais), 2011 (7,9 milhões) e 2012 (6,7 milhões), sendo arrecadado em 2013, 5,9 milhões de reais,
94 não havendo expectativa de arrecadar mais neste ano.. Com esse cenário, a AGB Peixe Vivo está reavaliando o seu
95 planejamento e reduzindo despesas, de modo a manter a estrutura que tem. Está preocupada com o fato de
96 existirem usuários inadimplentes, já tendo discutido com o Comitê e com o IGAM várias ações, inclusive com a
97 possibilidade de inseri-los junto à dívida ativa do Estado, mas isso não vem ocorrendo. Polignano considera que, em
98 função dos indicadores de desempenho e aplicação do recurso, é uma situação que coloque em cheque tanto a
99 agência de bacia quanto o Comitê. José de Castro Procópio – ADAO, considera necessário discutir o esclarecimento
100 da legislação, com o Comitê se posicionando de forma oficial para com a Assembleia Legislativa, pois não existe
101 entendimento nem mesmo da SEPLAG ou do Tesouro a respeito. Luiz Cláudio Figueiredo – VALE, alerta para a
102 necessidade de o Comitê ter foco no posicionamento que o Comitê vai tomar para cobrar do Estado para que o
103 repasse ocorra de forma uniforme. Informa que isso tem ocorrido também em outros Comitês em MG, como os
104 localizados na bacia do Rio Doce. , não existe clareza quanto ao detalhamento do repasse, uma vez que não
105 existem informações a respeito do valor que o Estado arrecada em relação ao que é repassado para a Agência.
106 Maria Teresa Viana propõe que o Comitê se manifeste junto aos demais órgãos, como o Tribunal de Contas do
107 Estado, a Ouvidoria Ambiental e demais âmbitos onde possa se transformar em pressão jurídica e política junto ao
108 Governo. José Antônio da Cunha Melo – ABES, sugere uma ação mais drástica e objetiva, pois o Comitê e a Agência
109 estão sendo impedidos de exercer as funções pelas quais foram designados, e considera importante judicializar
110 esses encaminhamentos. Matheus Valle de Carvalho e Oliveira – ARSAE MG, sugere que o Comitê possa buscar
111 apoio junto ao Ministério Público, e também discutir o fato junto à CTPC e buscar a solução adequada. Polignano
112 sugere um documento escrito em conjunto com a AGB Peixe Vivo e encaminhá-lo ao IGAM, à SEPLAG, e ao Tribunal
113 de Contas. Wagner Soares sugere que este documento seja entregue em mãos aos órgãos citados. Foram feitos
114 diversos esclarecimentos pela representante do IGAM Lilian Domingues sobre as colocações da AGBPV e
115 conselheiros sobre os valores repassados da Cobrança desde 2010, deixando claro que houve atrasos em
116 determinados quadrimestres, mas todos foram sanados, em função da melhoria do fluxo da Cobrança. Informou
117 que os repasses estão em dia, restando apenas a do último quadrimestre/2013 para ser repassado. Além disso,
118 foram informadas as ações do Estado junto aos inadimplentes, do empenho do IGAM, enquanto Órgão Gestor e da
119 SEMAD, enquanto Coordenador do SEGRH, no aprimoramento da implementação deste importante instrumento de
120 gestão e da busca pelo aprimoramento do fluxo junto à Seplag e a SEF. Citou os Sistemas de Cobrança e Cadastro
121 que estão em construção e finalizou suas colocações, esclarecendo que não há lados opostos na gestão dos recursos
122 hídricos, mas entende que todos os órgãos do SEGRH precisam estar cientes do papel de cada ente para que os
123 esforços para a melhoria da gestão possam ser conjugados entre todos. Item 3.3 – Polignano apresenta as imagens
124 do Rio das Velhas, obtidas por meio de um sobrevoo na calha do rio. O objetivo é apresentar a situação ao qual o rio
125 se encontra, com alta proliferação de cianobactérias, que impede o consumo desta água para qualquer finalidade,
126 pois liberam toxinas que afetam que ao serem ingeridas provocam lesões neurológicas e/ou hepáticas. Essas
127 imagens são apresentadas de modo a alertar os conselheiros para a responsabilidade que o Comitê tem, de modo a
128 se trabalhar buscando política de resultado. Polignano apresenta também o mapa com a situação dos municípios
129 com relação aos Planos Municipais de Saneamento – PMSB, mostrando aqueles que estão em fase de elaboração e
130 financiados com recursos da Cobrança na bacia, aqueles financiados por outras fontes, e também os municípios que
131 não possuem os mesmos. Em função do horário, o item 4 é retirado da pauta, e será apresentado na próxima
132 reunião. Item 05 – Tiago M. Peixoto de Oliveira – LUME Ambiental, apresenta o projeto de Monitoramento
133 Qualitativo de Águas Superficiais da Bacia do Ribeirão Caeté/Sabará. Objetivo do projeto: Desenvolver uma
134 caracterização da bacia do ribeirão Caeté/Sabará, promover a realização do monitoramento qualitativo das águas
135 superficiais, com duas campanhas amostrais, tendo como resultado o desenvolvimento de um plano estratégico
136 visando à recuperação e/ou conservação da área. Estão associadas ao projeto as ações de mobilização social e
137 comunicação, com o intuito de Sensibilizar a comunidade, usuários e representantes dos poderes público e privado
138 para que sejam agentes do processo de recuperação da Bacia do Ribeirão Caeté Sabará; esclarecer que, ao



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013

139 participar ativamente do projeto, a sociedade pode ajudar na construção do Plano Estratégico que apontará ações e
140 programas necessários à solução dos principais problemas da Bacia; convocar o maior número possível de pessoas
141 para participação nas reuniões públicas. Wagner pergunta se os pontos de monitoramento serão incorporados aos
142 do IGAM, ou se o Comitê terá uma rede própria, e se no termo de referência inclui o levantamento de programas do
143 governo ou outras entidades que tenham o mesmo sentido das ações que serão identificadas na bacia, inclusive
144 com o valor, para que se possa avaliar se o que o Comitê pretende também está sendo trabalhado por outros
145 órgãos, e o porquê isso não está acontecendo, para que se possa averiguar se os recursos da cobrança possam
146 eventualmente alavancar estes recursos, que por ventura possam ser identificados neste levantamento. Patrícia
147 Sena – AGB Peixe Vivo, diz que é o propósito deste projeto que a possibilidade de estes pontos de monitoramento
148 possam ser incorporados à rede do IGAM. Quanto à segunda pergunta, diz que não está prevista no contrato, mas
149 considera uma sugestão interessante e que pode ser incorporada ao plano estratégico do projeto. Em função das
150 ações a serem contempladas no projeto, Weber Coutinho – Prefeitura de Belo Horizonte, sugere que o nome do
151 projeto seja alterado para “Plano Estratégico de Gestão das Águas da Bacia do Ribeirão Caeté/Sabará” de modo a
152 representar melhor o que se propõe. Outras alterações também são sugeridas, como a adequação do material de
153 divulgação, e também a correção da informação relativa ao tratamento do esgotamento sanitário de Sabará, que é
154 de responsabilidade da COPASA, conforme acordo assinado neste ano. Item 6 – Tarcísio de Paula Cardoso –
155 ACOMCHAMA, apresenta o processo de outorga em questão, com os encaminhamentos tomados, e as informações
156 que embasaram a decisão da CTOC, à luz das decisões tomadas na reunião anterior, sendo destacadas as ações
157 tomadas posteriormente: Em 12 de setembro de 2013 foi realizada a reunião da CTOC com representantes da Vale,
158 condomínios Estância Alpina e Vale dos Pinhais, IGAM e SUPRAM. A empresa Vale apresentou sua proposta de
159 trabalho referente a esse empreendimento, esclareceu que estão em diálogo com os representantes dos
160 condomínios e em fase de elaboração conjunta de um termo de compromisso a ser firmado entre as partes.
161 Representantes dos condomínios tinham a expectativa que fosse formalizado o termo de compromisso e anexo ao
162 *ad referendum* do processo de outorga ou ao processo de licenciamento. Foi esclarecido pelos representantes do
163 IGAM e da SUPRAM que as demandas apresentadas pelos representantes dos condomínios tratam de questões do
164 entorno do empreendimento, ligadas ao licenciamento, não cabendo ao *ad referendum* do processo de outorga. Os
165 condomínios apresentaram uma cópia do documento protocolado na CNR do COPAM. Neste documento, constam
166 07 (sete) condicionantes que foram acordadas e assumidas pela empresa Vale, sendo o consenso geral entre as
167 partes nesses itens, havendo divergência relacionada a aspectos de infraestrutura. O Condomínio Vale dos Pinhais
168 requereu à URC Rio das Velhas/ COPAM/ SEMAD a inclusão das condicionantes abaixo listadas e providências
169 urgentes nos seguintes pontos: 1) fazer medições do nível de ruído no Condomínio Vale dos Pinhais nos pontos de
170 maior impacto (maior severidade), nos períodos diurno e noturno, em dias úteis e no fim de semana, com
171 apresentação de dados mensais às áreas afetadas e produzidos por empresa independente da competência técnica
172 indiscutível; 2) instalar uma estação de monitoramento do nível de poluição atmosférica (partículas inaláveis e não
173 inaláveis) no Condomínio Vale dos Pinhais, com apresentação de dados mensais às áreas afetadas e produzidas por
174 empresas independentes de competência técnica indiscutível; 3) monitorar geotecnicamente o maciço do
175 barramento da Barragem Maravilhas II durante sua vida útil e no período de descomissionamento com
176 apresentação de dados mensais às áreas afetadas e produzidos por empresas independente de competência técnica
177 indiscutível; 4) proceder estudo de dispersão de poluentes atmosféricos para a região, com a utilização de vários
178 amostradores e dados meteorológicos mais representativos; 5) adotar, por exemplo, o encapsulamento ou outras
179 alternativas tecnológicas para minimizar o ruído produzido pela cascata d'água do extravasor; 6) colocar também no
180 rol das condicionantes a obrigação das empreiteiras para não poluírem à jusante da Barragem; 7) recuperar a
181 confiança e estreitar a comunicação social entre a Vale e as comunidades afetadas – Condomínio Vale dos Pinhais e
182 Estância Alpina e outras propriedades vizinhas, apresentando um TERMO DE COMPENSAÇÃO pelas atividades
183 executadas nos sucessivos alteamento ocorridos desde 2007, a exemplo do que fizeram a MBR. A CTOC considera
184 que “O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas compreende que, embora não seja de sua competência,



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2013

185 referenda as condicionantes propostas pelos condomínios, já listadas no processo de licenciamento N°
186 00211/1991/064/2012, e reforça a necessidade de que os mesmo sejam efetivamente cumpridos.” Ronald Carvalho
187 Guerra – AQUA, representante dos condomínios, informa que não existe uma posição direta a respeito do *ad*
188 *referendum*, e solicita que esteja incorporado ao parecer do Comitê o compromisso quanto aos acordos firmados
189 junto à VALE. Luiz Cláudio informa que as discussões e ações junto aos condomínios continuam, tendo inclusive,
190 ocorrido uma reunião no dia anterior, e inclusive, com a apresentação de alterações na lista de solicitações por
191 parte dos condomínios. Considera que as condicionantes colocadas pela CTOC foram importantes, sendo
192 construídas de um modo bastante interessante. Valter Vilela alerta para o fato de o Comitê ser um órgão de Estado,
193 e ter responsabilidades e seguir normativas legais, e não pode propor nada que possa ferir isso. Deste modo, a
194 consideração final da CTOC foi muito importante, por respeitar todas as competências legais atribuídas ao Comitê.
195 Maria Teresa Viana pergunta se o Comitê tem conhecimento a respeito da planta industrial atribuída a estes
196 empreendimentos, inclusive com relação ao licenciamento e às outorgas. Diz saber que não obterá essa resposta
197 neste momento, mas pede que estas informações sejam levantadas, e pede o mapeamento de outorgas da bacia,
198 em cada empreendimento. Lilian Domingues informa que o *ad referendum* já foi dado, devendo ser aprovado com a
199 redação original que compõe o processo. Sugeriu que o ofício de encaminhamento do CBH ao IGAM, em
200 atendimento ao art. 6º da DN CERH nº31/2009, fosse acrescido das observações contidas nas considerações finais
201 da CTOC, sobre as condicionantes solicitadas pelos condomínios. A proposta é aprovada. Item 7 - Sidnei Agra –
202 Consórcio Ecoplan/Skill, apresenta o *status* da atualização do Plano Diretor de Recursos Hídricos. Apresenta o plano
203 de trabalho, com o cronograma de execução, entrega de produtos, e também o diagnóstico da bacia, com a
204 metodologia utilizada para caracterização da mesma e das UTE's e resultados obtidos. Esclarecimentos e
205 adequações a respeito dos dados que compõem os diagnósticos são solicitadas e é informado que os mesmos
206 podem ser consultados no site de atualização do PDRH, onde possui um link para inclusão de informações
207 (<http://www.cbhvelhas.org.br/planodiretor/>). Sidnei alerta para o fato de o número de outorgas ser superior à
208 quantidade de água disponível na região do Alto Rio das Velhas. Polignano considera importante ter o
209 entendimento das informações apresentadas, inclusive com proposta de revisão das mesmas, que é primordial para
210 a atualização do plano diretor seja corretamente implementada. Informa que a CTOC do Comitê será acionada para
211 discutir a relação de conflito de uso da água existente na região do Alto Rio das Velhas. A CTPC solicita participação
212 mais aprofundada no acompanhamento dos trabalhos de atuação do PDRH, com a ampliação do GAT – Grupo de
213 Acompanhamento de Trabalhos. Para encerrar a reunião, anuncia a presença dos senhores Aluizio Moura e
214 Lucielma Oliveira, representantes da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de
215 Roraima, que estão visitando o CBH Velhas com o objetivo de agregar experiências para a criação e atuação dos
216 comitês de bacia locais. Em função do tempo previsto, a Diretoria Ampliada do Comitê será eleita posteriormente.
217 Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a reunião é encerrada, da qual se lavrou a presente ata.

218
219 **Marcus Vinicius Polignano**
220 Presidente

221
222 **Valter Vilela Cunha**
223 Secretário

224 **ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 2013**